



Conselho da  
União Europeia

Bruxelas, 17 de outubro de 2023  
(OR. en)

13917/23

INST 383  
POLGEN 142  
AG 115

#### NOTA DE ENVIO

---

de:	Secretária-geral da Comissão Europeia, com a assinatura de Martine DEPREZ, diretora
data de receção:	17 de outubro de 2023
para:	Thérèse BLANCHET, secretária-geral do Conselho da União Europeia
n.º doc. Com.:	COM(2023) 638 final
Assunto:	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Programa de trabalho da Comissão para 2024 Concretizar hoje, preparar o amanhã

---

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, o documento COM(2023) 638 final.

---

Anexo: COM(2023) 638 final



Estrasburgo, 17.10.2023  
COM(2023) 638 final

**COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO  
CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ  
DAS REGIÕES**

**Programa de trabalho da Comissão para 2024**

**Concretizar hoje, preparar o amanhã**

## **1. Concretizar hoje, preparar o amanhã**

*«Juntos, mostrámos que **quando a Europa é corajosa, essa coragem traduz-se em resultados.** O nosso trabalho está longe de estar concluído – por isso, permaneçamos unidos. **Concretizemos hoje e preparemos o amanhã.**» Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, discurso sobre o estado da União, 13 de setembro de 2023.*

No próximo mês de junho, os europeus irão participar no **maior exercício democrático do continente**. Entre os mais de 400 milhões de pessoas elegíveis para votar no novo Parlamento Europeu contam-se muitos jovens que **exercerão os seus direitos democráticos** pela primeira vez – incluindo, em cinco Estados-Membros, jovens com 16 e 17 anos de idade.

Os resultados dessas eleições, que ocorrem num **momento crucial da história da Europa**, definirão o rumo do continente nos próximos cinco anos e nos anos que se lhes seguirão.

Deparamo-nos com um conjunto de **desafios e oportunidades que marcarão a nossa época**. Desde as crises climática e da biodiversidade à revolução digital e à inteligência artificial; desde a brutal invasão da Ucrânia pela Rússia às consequentes crises resultantes do preço da energia e do aumento do custo de vida; desde a migração à garantia do crescimento económico e da competitividade.

No início do seu mandato, a Comissão atual definiu uma **agenda ambiciosa para uma União mais forte e mais resiliente**. Comprometemo-nos a tomar medidas ambiciosas para nos tornarmos o primeiro continente com impacto neutro no clima e preservar o ambiente natural da Europa, para liderar o caminho rumo a uma transição digital inovadora e centrada no ser humano, para impulsionar a nossa economia, assegurando simultaneamente a justiça social, a inclusão e a prosperidade, para reforçar a nossa liderança mundial responsável, para proteger os nossos cidadãos e os nossos valores e para fomentar e reforçar a nossa democracia.

O mundo está, contudo muito diferente do que era em 2019. Enquanto União, tivemos de **reagir e de nos adaptar perante desafios sem precedentes**, permanecendo unidos nas nossas respostas e recusando-nos a recuar na concretização das nossas ambições.

Acelerámos a dupla transição ecológica e digital, implementámos o histórico NextGenerationEU, reforçámos o papel da UE enquanto líder mundial e promovemos os valores que estão no cerne das nossas sociedades, como a democracia e o Estado de direito. Através da nossa **Estratégia de Segurança Económica**, procuramos colher os benefícios da abertura económica da UE, minimizando simultaneamente os riscos decorrentes do aumento das tensões geopolíticas e da aceleração das mudanças tecnológicas.

O nosso trabalho para finalizar as restantes propostas legislativas fundamentais apresentadas por esta Comissão, a fim de garantir que os **cidadãos e as empresas possam tirar pleno partido das nossas ações políticas**, corre agora contra o tempo. Neste sentido, a Comissão apoiará, nos meses que se avizinham, os esforços do Parlamento Europeu e do Conselho para chegar a acordo sobre as propostas legislativas pendentes.

De modo a permitir concentrar os esforços nesta tarefa, e estando já em vigor a maior parte do quadro legislativo necessário prometido no âmbito deste mandato, o presente programa de trabalho contém um **número limitado de novas iniciativas**, que dão cumprimento aos compromissos assumidos ou respondem a novos desafios.

A **economia da UE continuou a demonstrar resiliência** apesar das dificuldades com que nos temos deparado, apoiada pelos nossos esforços para reforçar a nossa segurança energética, por um mercado de trabalho resiliente e pela minimização das restrições em matéria de aprovisionamento.

O **Pacto Ecológico Europeu**, o nosso esforço sem paralelo a nível mundial para combater as alterações climáticas e a perda de biodiversidade, que representa a agenda de crescimento da Europa, continua a ser um elemento fulcral do trabalho da Comissão. Embora a sua **execução** seja agora a preocupação principal, ainda este ano iremos apresentar propostas sobre a proteção dos animais durante o transporte, a prevenção da poluição por microplásticos, a melhoria da monitorização das florestas e um pacote em matéria de mobilidade. Prosseguiremos igualmente os nossos esforços para traçar o rumo para um futuro digital centrado no ser humano, sustentável e mais próspero graças à **Década Digital**.

O **NextGenerationEU** continuará a ser fundamental para garantir um aprovisionamento energético seguro, a preços acessíveis e limpo, a competitividade da indústria europeia, a coesão social e territorial e a transição para uma economia com impacto neutro no clima, que seja circular e respeitadora da natureza. A Comissão ajudará todos os Estados-Membros a **acelerarem a execução dos respetivos planos de recuperação e resiliência**, em consonância com as recomendações específicas por país no âmbito do Semestre Europeu, incluindo os seus capítulos REPowerEU. No início do próximo ano, apresentaremos uma avaliação intercalar da execução do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

A fim de **promover mais postos de trabalho e investimentos** na Europa, continuaremos também a trabalhar no sentido de acelerar a implantação de energias renováveis, sem deixar de exercer controlo sobre os preços da energia, de assegurar o aprovisionamento de produtos estratégicos essenciais, como as matérias-primas críticas e o hidrogénio limpo, e de reduzir os encargos administrativos, em especial no que diz respeito à comunicação de informações, em consonância com a nossa estratégia para impulsionar a competitividade da UE a longo prazo.

Em paralelo, temos de concluir a **criação de um quadro de governação económica adequado aos desafios que se avizinham**. Para tal, é imprescindível chegar a acordo sobre as propostas da Comissão relativas à reforma das regras de governação e ao reforço da sustentabilidade da dívida, bem como sobre a promoção de um crescimento sustentável e inclusivo através de reformas e investimentos.

Em conjunto com a Presidência belga, a Comissão convocará uma **Cimeira dos Parceiros Sociais em Val Duchesse** para debater os desafios que se colocam aos nossos mercados de trabalho, trabalhadores e empresas, nomeadamente os decorrentes dos défices de competências e de mão de obra e da inteligência artificial.

Os desafios dos últimos anos trouxeram a primeiro plano os pontos fortes e as capacidades da União. Todavia, apesar das flexibilidades e da extensa reprogramação nele incorporadas levaram o orçamento da UE a um ponto de exaustão. Para contrariar esta situação, apresentámos uma proposta para **reforçar o orçamento de longo prazo da UE**, a fim de poder dar resposta às necessidades mais prementes, a qual prevê um aumento específico das despesas da UE para aprofundar o nosso apoio à Ucrânia, financiar a nossa ação em matéria de migração, reforçar a capacidade da União para responder a uma maior instabilidade económica e

geopolítica, às crises humanitárias e às catástrofes naturais e impulsionar os investimentos em tecnologias estratégicas destinadas a promover a competitividade a longo prazo.

Em consonância com as negociações sobre o orçamento de longo prazo da UE para 2021-2027, apresentámos uma **proposta ajustada de novos recursos próprios** para ajudar a financiar o reembolso dos empréstimos contraídos no quadro do NextGenerationEU.

O **Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo** continua a ser a resposta estrutural de que a UE necessita para fazer face aos desafios da migração no futuro. A sua adoção constitui uma prioridade fundamental uma vez que os trabalhos têm de começar já no próximo ano de forma a preparar a sua rápida aplicação.

Continuando inabalável a corajosa resistência do povo ucraniano às forças invasoras russas, **a UE não vacilará na sua solidariedade para com a Ucrânia**. Até à data, a União e os seus Estados-Membros disponibilizaram, numa abordagem «Equipa Europa», **apoio no valor global de 82 mil milhões de EUR**, incluindo ajuda humanitária, equipamento e formação militares, bens materiais para utilização civil, incluindo geradores, autocarros escolares, artigos médicos e evacuações, reconstrução de cidades de forma sustentável, inclusiva e de elevada qualidade, ajuda às crianças e para a reabilitação de escolas danificadas e apoio económico. Este apoio é prestado em coordenação com os nossos parceiros internacionais no âmbito da **Plataforma Multilateral de Coordenação dos Doadores para a Ucrânia**, criada em janeiro de 2023, na sequência de uma decisão dos dirigentes do G7. A Comissão acolhe o secretariado da plataforma, que facilita uma estreita coordenação entre os doadores internacionais e as organizações financeiras, assegurando um apoio coerente, transparente e responsável.

Os **corredores solidários UE-Ucrânia** ajudaram a Ucrânia a exportar mais de **57 milhões de toneladas de produtos agrícolas e quase 45 milhões de toneladas de produtos não agrícolas, bem como a importar bens de que o país necessita**. Através da Plataforma de Coordenação Conjunta, a Comissão não se poupará a esforços para assegurar o fornecimento atempado e estável de produtos agrícolas ucranianos aos mercados mundiais.

A Comissão condena a decisão da Rússia de pôr termo à **iniciativa dos cereais do mar Negro** e continuará a apoiar todos os esforços para atenuar os riscos de segurança e proteção para o transporte marítimo no mar Negro. O Conselho adotou a proposta da Comissão de **prorrogar, até 3 de março de 2025, a proteção temporária** das pessoas que fogem da agressão da Rússia contra a Ucrânia. Juntamente com as iniciativas CARE e FAST-CARE, esta prorrogação proporcionará segurança e apoio a mais de 4 milhões de pessoas que beneficiam de proteção em toda a UE.

A UE adotou igualmente em tempo recorde várias **iniciativas de emergência** no decurso de 2022 para atenuar os efeitos da crise energética na indústria e nos agregados familiares.

Por último, a fim de sublinhar o compromisso da UE de apoiar a Ucrânia enquanto for necessário, iremos criar um **mecanismo para prestar apoio à Ucrânia no montante máximo de 50 mil milhões de EUR** durante o período 2024-2027. Este financiamento responderá às necessidades imediatas da Ucrânia, bem como reforçará a sua recuperação e apoiará a sua modernização na via da adesão à UE.

Em conjunto com os nossos parceiros internacionais, tomámos medidas para garantir que os crimes de guerra cometidos pela Rússia na Ucrânia sejam punidos e que a Rússia indemnizará

os danos que causou. O **Centro Internacional de Ação Penal pelo Crime de Agressão contra a Ucrânia** iniciou as suas atividades em Haia e será fundamental para investigar estas atrocidades e facilitar a constituição de processos para futuros julgamentos. Moveremos céu e terra para que os responsáveis prestem contas pelos seus atos. Continuaremos igualmente a estudar a possível utilização das receitas dos bens russos apreendidos para a reconstrução da Ucrânia.

A União deve **preparar-se para um alargamento com êxito**, de modo a fomentar a paz e a estabilidade duradouras na Europa. Trabalharemos em estreita colaboração com os nossos parceiros na preparação para este passo decisivo, incluindo a abertura dos relatórios da Comissão sobre o Estado de direito aos países candidatos a adesão para que se inteirem ainda mais rapidamente sobre estas matérias.

A UE também tem de estar preparada. A Comissão apresentará uma **comunicação sobre reformas e análises de políticas pré-alargamento**, a fim de determinar de que forma cada política seria afetada por uma União mais vasta e de que forma as instituições europeias funcionariam.

Continuaremos a **dialogar com países e regiões de todo o mundo**, em especial em África, para enfrentar desafios globais e reforçar a governação multilateral e a cooperação internacional assente em regras.

Em todas as nossas ações, continuamos empenhados na **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável** e os seus objetivos de desenvolvimento sustentável continuarão a estar no centro das nossas políticas<sup>1</sup> e do programa «Legislar Melhor»<sup>2</sup>.

## **2. Legislar melhor, aplicar e fazer cumprir o direito da UE**

### **2.1. Legislar melhor, reduzir os encargos e racionalizar os requisitos de comunicação de informações**

A redução dos encargos administrativos é crucial para **manter a competitividade das empresas europeias**. É por esta razão que a Comunicação da Comissão sobre a competitividade a longo prazo<sup>3</sup> fixou o objetivo de **reduzir em 25 % os encargos associados aos requisitos de comunicação de informações** sem comprometer os objetivos políticos. Será, assim, possível racionalizar e simplificar esses requisitos, que têm um impacto desproporcionado nas empresas, nomeadamente nas PME e nas microempresas, assim como nas administrações, assegurando que cumprem a finalidade a que se destinam.

Para alcançar este objetivo, a Comissão adotou legislação, que inclui a reforma do Código Aduaneiro da União, a fim de criar uma interface única da UE e facilitar a reutilização dos dados. Em conjunto, estas medidas permitirão economizar cerca de **2 mil milhões de EUR**.

---

<sup>1</sup> [Exame voluntário da UE](#) da execução da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

<sup>2</sup> Os objetivos de desenvolvimento sustentável e o princípio de «não prejudicar significativamente» foram integrados no conjunto de instrumentos para legislar melhor e no desenvolvimento das políticas da Comissão para assegurar que todas as propostas legislativas contribuam para a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

<sup>3</sup> COM(2023) 168.

Além disso, a proposta de revisão do regulamento relativo às estatísticas europeias, que visa reduzir o número de inquéritos e aumentar a utilização de processos automatizados e simplificados, permitirá realizar economias, incluindo para as PME, de cerca de **450 milhões de EUR**. Com este programa de trabalho, a Comissão apresenta **propostas de racionalização adicionais**<sup>4</sup> para reduzir os encargos administrativos sem comprometer as normas sociais, de segurança e proteção dos consumidores, ambientais ou económicas. **Simplificar-se-á, deste modo, os requisitos de comunicação de informações cuja utilização seja limitada**, por exemplo, através da consolidação de obrigações sobrepostas, da redução do número de empresas afetadas e do aumento da digitalização.

A fim de dar tempo às partes interessadas para se adaptarem aos novos requisitos, adiaremos o prazo para a adoção das **normas europeias** específicas de cada setor **para a comunicação de informações sobre sustentabilidade**. A Comissão **ajustará os limiares da Diretiva Contabilística** de modo a que mais de um milhão de empresas beneficiem de uma redução dos requisitos de comunicação de informações e procederá à revisão do **Regulamento relativo aos índices de referência**, nomeadamente para isentar os administradores de índices de referência de menor dimensão, que representam 90 % da população, assegurando simultaneamente um elevado grau de proteção dos consumidores e dos investidores. A Comissão propõe igualmente facilitar a partilha de dados entre as autoridades que supervisionam o setor financeiro e evitar a duplicação das informações a comunicar. A Comissão está a promover um acordo oportuno e a aplicação generalizada de um formulário comum em formato eletrónico para as **declarações dos trabalhadores destacados**. Complementando o trabalho de disponibilização de um portal multilingue, a Comissão pretende permitir que as empresas apresentem as declarações de destacamento digitalmente na sua própria língua, em todos os Estados-Membros que decidam utilizar esta ferramenta.

No âmbito do **segundo aviso relativo à comunicação de informações sobre taxonomia**, que orienta a interpretação da divulgação de informações relativas à taxonomia, esclareceremos que não é necessária qualquer avaliação por parte das empresas de atividades que não sejam relevantes para a sua atividade e quando não disponham de elementos de prova ou de dados que comprovem a conformidade com os critérios técnicos de avaliação da taxonomia da UE. A supressão de determinadas obrigações de divulgação relacionadas com processos de resolução alternativa de litígios e a substituição da plataforma de resolução de litígios em linha gerarão benefícios globais para as empresas de cerca de **630 milhões de EUR** por ano.

As propostas abrangerão igualmente as normas de comercialização dos produtos da pesca, a fitossanidade, os transportes, a agricultura e a monitorização das infraestruturas espaciais. A Comissão trabalhará com os **colegisladores para preservar a simplicidade das obrigações de comunicação de informações**, desde que não sejam comprometidos os objetivos e a finalidade da legislação. Por exemplo, no caso da proposta de **diretiva relativa ao dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade**, a Comissão apoiará a aplicação proporcionada dos requisitos de comunicação de informações, em especial em domínios como o papel dos grupos, com vista a garantir a eficiência e evitar encargos desnecessários.

---

<sup>4</sup> Para uma panorâmica pormenorizada das iniciativas tomadas desde 16 de março de 2023, desenvolvidas com o presente programa de trabalho ou para adoção posterior, ver o anexo II.

No que diz respeito ao **regulamento relativo à criação de um portal das emissões industriais**, a Comissão está empenhada em acelerar a digitalização e simplificar ainda mais os requisitos de comunicação de informações. Com a revisão da **coordenação do quadro de segurança social**, a Comissão continuará a apoiar os legisladores na procura de soluções eficazes e exequíveis que protejam os trabalhadores e facilitem as atividades transfronteiriças no mercado interno. Além disso, o **programa Europa Digital** financia iniciativas dos Estados-Membros destinadas a proporcionar meios técnicos simples de comunicação de informações, enquanto ponto de entrada único para a comunicação de incidentes de cibersegurança no âmbito da Diretiva relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de **cibersegurança** na União (Diretiva SRI 2).

A simplificação dos requisitos de comunicação de informações constitui um **esforço a longo prazo que exigirá uma atenção especial num futuro previsível**. Embora seja difícil criar uma **base de referência** dos requisitos de comunicação de informações, dada a amplitude da legislação da UE e a sua interação com as legislações nacionais e regionais, a mesma será crucial para medir os progressos realizados. As partes interessadas podem ajudar a compreender melhor a forma como são afetadas pelo conjunto de requisitos de comunicação de informações. Por esta razão, lançamos um convite à apreciação<sup>5</sup> para recolher opiniões sobre requisitos de comunicação de informações onerosos. Serão realizadas novas consultas com as empresas, incluindo com a rede de representantes para as PME, os peritos dos Estados-Membros e outras partes interessadas, a fim de identificar as questões mais problemáticas e os domínios prioritários. A Comissão nomeará igualmente um **representante da UE para as PME**, que participará nas audiências do Comité de Controlo da Regulamentação sobre iniciativas com grande impacto nas PME. Além disso, a Comissão abordará os requisitos de comunicação de informações onerosos, identificados pelas suas direções-gerais, através de **planos de racionalização** específicos para 2024 e anos subsequentes. Daremos conta dos progressos realizados na consecução do objetivo de redução em 25 % nos inquéritos anuais sobre os encargos, começando pela edição de 2023, a publicar no próximo ano.

A Comissão colocará o desenvolvimento de **ferramentas de inteligência artificial** e de **grandes modelos linguísticos** no centro deste exercício, o que ajudará a identificar os requisitos de comunicação de informações na legislação da UE, com base em meios normalizados, bem como a apoiar a análise do seu efeito num determinado setor. Trabalhará igualmente no alargamento da utilização de **plataformas eletrónicas** para a recolha e partilha de dados, como o Portal Digital Único, a plataforma eletrónica criada ao abrigo do Regulamento Governação da União da Energia e da Ação Climática e a Plataforma de Finança Digital. Além disso, realizará **avaliações e balanços de qualidade** para avaliar a forma como a legislação pode ser simplificada e tornada menos onerosa, com ênfase na identificação de novas oportunidades para racionalizar os requisitos de comunicação de informações<sup>6</sup>. As avaliações dos programas e fundos do quadro financeiro plurianual, previstas para 2024,

---

<sup>5</sup> [https://ec.europa.eu/info/law/better-regulation/have-your-say/initiatives/13990-Encargos-administrativos-racionalizacao-dos-requisitos-de-comunicacao-de-informacoes\\_pt](https://ec.europa.eu/info/law/better-regulation/have-your-say/initiatives/13990-Encargos-administrativos-racionalizacao-dos-requisitos-de-comunicacao-de-informacoes_pt)

<sup>6</sup> Ver o anexo II quanto a uma panorâmica pormenorizada das iniciativas e propostas.

constituem uma boa oportunidade para avaliar formas de reduzir os encargos associados aos programas financeiros da UE.

A racionalização dos requisitos de comunicação de informações complementa os instrumentos da Comissão para a redução dos encargos. No âmbito do **programa da Comissão para a adequação e a eficácia da regulamentação (REFIT)**, todas as avaliações e revisões têm por objetivo reduzir os encargos, sendo realizadas avaliações de impacto de todas as propostas significativas para garantir que os benefícios superam os custos. Por exemplo, a criação de um sistema de tributação da sede social simplificará as regras e reduzirá os custos de cumprimento das obrigações fiscais para as PME que expandem as suas atividades além-fronteiras. A proposta relativa às Empresas na Europa: Quadro para a Tributação das Receitas (BEFIT) poderá reduzir até 65 % os custos de cumprimento das obrigações fiscais para as empresas que exercem atividades na UE.

Além disso, desde janeiro de 2022, através da sua abordagem «**entra um, sai um**», a Comissão tem apresentado propostas destinadas a proporcionar **poupanças administrativas que superam os custos em 7,3 mil milhões de EUR**<sup>7</sup>. A **Plataforma Prontos para o Futuro** também aconselha a Comissão sobre a forma de reduzir os encargos no direito da UE.

## **2.2. Aplicar e fazer cumprir o direito da UE**

Para que os cidadãos e as empresas da UE possam usufruir de todos os benefícios das nossas regras acordadas em comum, é necessário aplicar e fazer cumprir o direito da UE de forma integral, célere e correta em toda a União. É por esta razão que a **garantia do cumprimento do direito da UE é uma das prioridades da Comissão**. Nesta fase do nosso mandato, dedicaremos uma atenção ainda maior às funções de execução e de aplicação coerciva da lei, a fim de garantir que as regras acordadas são eficazes para as pessoas e as empresas. Ponderar as dificuldades da sua aplicação quando as propostas estão a ser elaboradas e disponibilizar orientações aos Estados-Membros são formas de prevenir os problemas numa fase precoce. Deste modo, com vista a tornar a legislação da UE mais eficiente, trabalharemos em conjunto **com os Estados-Membros** para evitar impor encargos desnecessários às empresas e aos cidadãos aquando da transposição das diretivas da UE para o direito nacional. Sempre que ocorram violações, a Comissão continuará a colaborar com os Estados-Membros na resolução rápida dos problemas e a **agir de forma decisiva em caso de infrações** que impeçam a realização de objetivos políticos importantes da UE ou que possam comprometer os valores e as liberdades fundamentais da UE.

A fim de assegurar que os instrumentos de execução de que dispõe continuam a ser eficazes, em 2022, a Comissão procedeu a um **exercício de balanço** com os Estados-Membros. Estamos agora a aplicar as conclusões e recomendações desse estudo para melhorar a forma como a Comissão e os Estados-Membros asseguram o cumprimento do direito da UE. Trabalharemos em estreita colaboração com os Estados-Membros para facilitar a aplicação da nova legislação através de um maior apoio a nível nacional, especialmente nos domínios em que possam ser necessários mais esforços para assegurar a transposição célere e correta das diretivas, e através de um acompanhamento mais sistemático da aplicação dos regulamentos. Continuaremos igualmente a reforçar a transparência das medidas de fiscalização do

---

<sup>7</sup> Análise anual dos encargos de 2022; [https://commission.europa.eu/publications/2022-annual-burden-survey\\_pt](https://commission.europa.eu/publications/2022-annual-burden-survey_pt)

cumprimento adotadas pela Comissão, com mais informações e dados publicados de forma mais convívial. Contribuiremos, assim, para a participação do público neste processo e para promover um cumprimento mais célere por parte dos Estados-Membros, mediante a valorização dos resultados positivos e o reconhecimento das melhores práticas, criando, ao mesmo tempo, pressão entre pares no respeitante a violações não resolvidas do direito da UE.

### **3. Execução das seis grandes ambições**

Tal como referido no discurso sobre o estado da União, a Comissão cumpriu mais de 90 % dos compromissos assumidos nas orientações políticas de 2019 da presidente Ursula von der Leyen. Em 2024, será necessário um esforço específico dos legisladores para chegar a acordo sobre as propostas pendentes, a fim de gerar benefícios para os cidadãos e as empresas da Europa.

#### **3.1. Pacto Ecológico Europeu**

Tendo em conta a urgência de tomar medidas para proteger e preservar o nosso planeta, o Pacto Ecológico Europeu constitui a nossa agenda de crescimento, demonstrando ao mundo que a modernização e a descarbonização podem coexistir. A UE dispõe do plano de transformação ecológica mais ambicioso do mundo, com os objetivos de alcançar a **neutralidade climática, a economia circular** e uma **economia com impacto neutro no clima até 2050, bem como de prevenir a degradação ambiental, preservar a biodiversidade e criar um ambiente de poluição zero**. Perante a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, a Comissão agiu rapidamente para garantir a segurança do aprovisionamento energético, reforçando simultaneamente o compromisso da União quanto ao Pacto Ecológico Europeu e aumentando a nossa base industrial nos setores das tecnologias limpas. Foram propostas mudanças estruturais fundamentais para os mercados da eletricidade e do gás, bem como novas iniciativas para liderar a criação de mercados de hidrogénio verde.

Prosseguiremos os nossos esforços para garantir que a transição ecológica se realize de forma justa, inteligente e inclusiva, não deixando ninguém nem nenhuma região para trás, colaborando também ativamente com os nossos parceiros de países terceiros, nomeadamente para reforçar o crescimento verde. Para o efeito, a Comissão encetará uma série de diálogos no domínio ecológico, a fim de interagir plena e diretamente com os **cidadãos**, bem como **diálogos sobre a transição limpa com a indústria e os parceiros sociais**. Paralelamente, a Comissão prossegue os seus trabalhos preparatórios para a execução do futuro Fundo Social em matéria de Clima, que, juntamente com o Fundo para uma Transição Justa, apoiará os cidadãos, as empresas e as regiões mais vulneráveis no processo de transição. A Comissão lançará um **diálogo estratégico sobre o futuro da agricultura na UE**, interagindo mais profundamente com os agricultores, as partes interessadas da cadeia alimentar e os cidadãos e trabalhando em conjunto na transição para sistemas alimentares sustentáveis.

Confrontada com novas ameaças globais, a Comissão elaborou planos para **salvaguardar a segurança alimentar e reforçar a resiliência dos sistemas alimentares** a curto e a médio prazos. Através da Estratégia do Prado ao Prato, tem vindo a concretizar a visão de tornar o sistema alimentar da UE justo, saudável e respeitador do ambiente. A estratégia contempla igualmente medidas para alcançar a sustentabilidade e a resiliência do setor das pescas e da aquicultura. A Comissão adotou simultaneamente medidas adicionais para construir a **economia circular**, propôs iniciativas emblemáticas sobre a **proteção da biodiversidade e a**

**recuperação de ecossistemas danificados** e apresentou propostas fundamentais no âmbito do plano de ação para a poluição zero. A UE tem igualmente trabalhado no reforço da sua resiliência a catástrofes, nomeadamente mediante a duplicação da frota de combate aéreo a incêndios rescEU e o fortalecimento do Mecanismo de Proteção Civil.

A maioria das iniciativas enunciadas na Comunicação de 2019 sobre o Pacto Ecológico Europeu foi concretizada e muitas delas já foram aprovadas por lei. **É imperativo chegar rapidamente a acordo sobre as restantes propostas**, a fim de manter a União no bom caminho rumo à neutralidade climática. Trata-se das propostas relativas às remoções de carbono, à redução das emissões de metano no setor da energia, às emissões industriais, ao desempenho energético dos edifícios, às normas de desempenho em matéria de emissões de CO<sub>2</sub> dos veículos pesados novos, à homologação de veículos a motor e de motores, à revisão das regras relativas à circularidade dos veículos, à revisão do Regulamento RTE-T e ao pacote relativo à ecologização do transporte de mercadorias, bem como à conceção do mercado da eletricidade, aos gases renováveis e naturais e ao hidrogénio. A fim de promover a **agricultura sustentável e a segurança alimentar**, é igualmente necessário alcançar acordo sobre as propostas relativas às plantas obtidas através de certas novas técnicas genómicas e à utilização sustentável de produtos fitofarmacêuticos. Para nos aproximarmos de uma **verdadeira economia circular**, é fundamental chegar rapidamente a acordo sobre os requisitos de conceção ecológica aplicáveis aos produtos, resíduos e embalagens sustentáveis, às transferências de resíduos e à reparação de bens. A fim de **avançar no sentido da poluição zero e proteger e restaurar a nossa natureza**, temos de transpor para a legislação as propostas em matéria de restauração da natureza, classificação, rotulagem e embalagem de produtos químicos, qualidade do ar, tratamento de águas residuais urbanas e proteção das águas superficiais e subterrâneas.

A Comissão lançará o processo para estabelecer uma **meta climática para 2040**, a fim de manter a UE no bom caminho rumo à neutralidade climática até 2050. Será apresentado, no seu âmbito, o **pacote europeu para a energia eólica** destinado a acelerar a implantação de turbinas eólicas, melhorar o acesso ao financiamento e apoiar a competitividade internacional da indústria europeia. Apresentaremos uma iniciativa sobre a **gestão industrial do carbono** que define a estratégia para a implantação ambientalmente sustentável da captura, utilização e armazenamento de dióxido de carbono na UE, tendo em conta a sua importância para alcançar a neutralidade carbónica. Adotaremos uma iniciativa sobre a **resiliência hídrica** para garantir o acesso dos cidadãos, da natureza e da economia à água, combatendo simultaneamente as inundações catastróficas e a escassez de água, assim como uma iniciativa para identificar e avaliar a melhor forma de gerir os riscos climáticos em todos os domínios de intervenção da UE.

### **3.2. Uma Europa preparada para a era digital**

Ao consagrar a década de 2020 como a Década Digital, com metas digitais claras, a UE e os Estados-Membros definiram uma via para melhorar as competências digitais, digitalizar a administração e as empresas, impulsionar a investigação e a inovação, colmatar o fosso digital e melhorar as infraestruturas digitais. Ao mesmo tempo, a UE está na vanguarda da gestão dos riscos do nosso futuro digital. Com o **Regulamento Mercados Digitais** e o **Regulamento Serviços Digitais**, lançámos bases sólidas para tornar o nosso mercado único justo,

competitivo, favorável aos consumidores e seguro no domínio digital, especialmente para as crianças.

Embora muito tenha sido alcançado, continua a ser necessário desenvolver esforços para chegar a acordo sobre importantes iniciativas pendentes que promovem a agenda digital e reforçam a resiliência da Europa. O **Regulamento Europeu Matérias-Primas Críticas** permitirá à Europa reforçar o aprovisionamento interno, nomeadamente através do reforço das capacidades de refinação e reciclagem, diversificar as importações destes materiais cruciais e incentivar a nossa indústria a gerir melhor os riscos de aprovisionamento, permanecendo simultaneamente competitiva. As disposições basear-se-ão nos pontos fortes do mercado único para impulsionar práticas mais sustentáveis e circulares e permitirão também a aquisição conjunta de matérias-primas através de uma plataforma específica. Muitos dos nossos parceiros em todo o mundo desejam trabalhar em conjunto e desenvolver as indústrias locais de transformação e refinação, a fim de reforçar as cadeias de abastecimento globais de matérias-primas. É por esta razão que a primeira reunião do **novo Clube de Matérias-Primas Críticas** será convocada ainda este ano. Adotaremos igualmente um **plano sobre materiais avançados para a liderança industrial** que, juntamente com os Estados-Membros, visa acelerar o desenvolvimento de materiais avançados seguros, sustentáveis e circulares e a sua adoção industrial em prol das transições ecológica e digital.

O **Regulamento Indústria de Impacto Zero** apoiará a indústria europeia no desenvolvimento e na adoção das tecnologias inovadoras e estratégicas necessárias numa economia com impacto neutro no clima, como turbinas eólicas, bombas de calor, painéis solares, eletrolisadores, tecnologias nucleares e armazenamento de CO<sub>2</sub>. A procura tem vindo a aumentar, tanto na Europa como no resto do mundo, pelo que a nossa ação atual se destina a garantir a capacidade de abastecimento europeia para satisfazer uma parte mais significativa desta procura.

Temos também de realizar progressos a nível do **instrumento de emergência do mercado único**, de modo a contribuir para a preservação da livre circulação de bens, serviços e pessoas e a disponibilidade de bens e serviços vitais, na eventualidade de perturbações imprevistas no futuro.

O **pacote de medidas de apoio às PME**, com a respetiva **revisão da Diretiva Atrasos de Pagamentos** e a simplificação fiscal que estabelece um **sistema de tributação da sede social**, destina-se a continuar a apoiar as pequenas e médias empresas, que constituem a espinha dorsal da nossa economia.

As propostas pendentes relativas à **inteligência artificial (IA)** são fundamentais para a aplicação segura e benéfica de uma tecnologia que tem vindo a evoluir a um ritmo acelerado nos últimos anos. As oportunidades para orientarmos esta tecnologia de forma responsável estão a esgotar-se.

A par dos esforços concertados com os nossos parceiros internacionais para reforçar a governação mundial da IA, **abriremos os nossos computadores de alto desempenho às empresas em fase de arranque no domínio da IA**, a fim de facilitar a inovação europeia. Os programas europeus de satélites Copernicus, EGNOS e Galileo já trazem inúmeros benefícios para a nossa economia e as nossas sociedades, desempenhando um papel central na compreensão, preparação e combate às alterações climáticas. Por outro lado, o plano IRIS<sup>2</sup>

criará infraestruturas críticas para uma conectividade segura, com aplicações importantes no domínio da defesa.

Para se atingir os objetivos da Década Digital até 2030 será necessário um forte investimento nas redes digitais. Na sequência das recentes consultas exploratórias, iremos preparar o terreno para a eventual adoção de medidas políticas e regulamentares quanto às **redes e infraestruturas digitais**, a fim de facilitar as atividades dos operadores de infraestruturas transfronteiras no mercado único, acelerar a instalação de novas tecnologias e promover os investimentos nas referidas redes.

A indústria espacial tem estado a ganhar importância para a observação da Terra e para os produtos e serviços conectados modernos, bem como para a defesa e a segurança. A **estratégia espacial da União para a segurança e a defesa** de 2023<sup>8</sup> visa melhorar a resiliência das infraestruturas e capacidades espaciais da UE em apoio da segurança e da defesa, assim como promover parcerias para comportamentos responsáveis no espaço. Em 2024, proporemos um **ato legislativo espacial da UE** que estabeleça regras, nomeadamente no domínio da gestão do tráfego espacial, mas também sobre a forma como iremos garantir a segurança das nossas infraestruturas espaciais críticas. Esta será complementada por uma **estratégia para a economia dos dados espaciais**, a fim de aumentar a utilização desses dados em todos os setores económicos.

### 3.3. Uma economia ao serviço das pessoas

A **economia da UE tem demonstrado resiliência** perante uma série de crises sem precedentes. Fez face aos impactos socioeconómicos tanto da pandemia mundial de COVID-19 como da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia. No entanto, depara-se com desafios importantes para a sua competitividade, que serão objeto do próximo relatório de Mario Draghi. Ao apresentar reformas para garantir a prosperidade económica e a competitividade a longo prazo da UE, assegurando simultaneamente a plena aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, **reforçamos a economia social de mercado única da UE.**

É imperativo chegar a acordo sobre as propostas pendentes para aprofundar o mercado único, que constitui a base da competitividade sustentável da UE. A este respeito, é necessário continuar a fazer avançar a **União dos Mercados de Capitais**, aprovando as propostas em matéria de insolvência, compensação, simplificação do acesso das empresas aos mercados de capitais públicos e aumento da capacidade de investimento das companhias de seguros a longo prazo, bem como tomar novas medidas para a criação da União Bancária, com a conclusão da análise da gestão de crises e do seguro de depósitos. Além disso, temos de chegar a acordo sobre as novas regras em matéria de procedimentos de retenção na fonte, a proposta para prevenir a utilização abusiva de entidades fictícias para efeitos fiscais e uma série de medidas para modernizar o sistema de imposto sobre o valor acrescentado (IVA) da UE e torná-lo mais resiliente à fraude mediante a adoção da digitalização.

Por outro lado, temos de progredir no que se refere à **proposta para melhorar a tributação das empresas (BEFIT e preços de transferência)** e à **reforma global da União Aduaneira da UE**. No domínio das finanças digitais, temos de avançar com as propostas de reforço das regras aplicáveis aos serviços de pagamento e de introdução de um quadro para o acesso aos dados

---

<sup>8</sup> JOIN(2023) 9.

financeiros («finanças abertas»), bem como de fazer progredir as negociações sobre a proposta que estabelece o quadro jurídico para o euro digital.

Registaram-se progressos significativos na aplicação do **Pilar Europeu dos Direitos Sociais** através do seu plano de ação e das grandes metas para 2030. Foram propostas regras para melhorar as condições de trabalho nas plataformas digitais e um quadro relativo a salários mínimos adequados, enquanto o Ano Europeu das Competências estimulou uma vasta gama de atividades, como a Academia de Competências em Cibersegurança, para colmatar as lacunas mais prementes em matéria de competências que afetam vários setores, tendo ainda sido estabelecido o Pacto para as Competências. O acesso dos jovens ao mercado de trabalho foi facilitado com o reforço da Garantia para a Juventude e a futura iniciativa para atualizar o quadro de qualidade para os estágios. A Garantia Europeia para a Infância contribui para combater e prevenir a exclusão social, garantindo às crianças o acesso efetivo a um conjunto de serviços essenciais, incluindo educação gratuita, cuidados de saúde gratuitos, nutrição saudável e habitação adequada. A Comissão continuará a apoiar os legisladores na procura de um acordo sobre a coordenação dos sistemas de segurança social.

Em resposta a um relatório de iniciativa legislativa do Parlamento Europeu, a Comissão irá apresentar, em 2024, uma iniciativa sobre os **conselhos de empresa europeus**.

Na sequência da Cimeira de Val Duchesse, trabalharemos com as empresas e os sindicatos para **preparar melhor o nosso mercado de trabalho para o futuro**, à luz das profundas transformações na tecnologia, na sociedade e na demografia. Basear-nos-emos no conjunto de instrumentos demográficos para ajudar a ativar todo o nosso capital humano.

Uma iniciativa futura ajudará a concretizar todos os benefícios das **biotecnologias e da biofabricação, fundamentais para a competitividade** e a modernização da indústria da UE, dado o seu elevado potencial em termos de crescimento e de produtividade do trabalho.

A Comissão publicará igualmente o seu nono relatório sobre a coesão, que dará conta do estado da coesão social, económica e territorial na UE, fazendo o balanço das ações empreendidas nos últimos anos.

### **3.4. Uma Europa mais forte no mundo**

No plano mundial, continuamos a assistir a **tensões crescentes e a convulsões geopolíticas**. Os brutais e indiscriminados ataques terroristas perpetrados pelo Hamas contra Israel e o seu povo ameaçam diretamente a paz e a segurança na região e salientam a necessidade de redobrar esforços para revigorar o processo de paz no Médio Oriente. Em virtude da sua guerra de agressão contra a Ucrânia e as suas ações no âmbito das instâncias internacionais, a Rússia continua a pôr em causa os fundamentos do multilateralismo e a ordem internacional assente em regras.

O apoio militar prestado pela UE à Ucrânia originou défices críticos nas reservas de defesa dos Estados-Membros. Em resposta, **prestámos ajuda aos Estados-Membros no reforço da indústria europeia da defesa** através de um instrumento para assegurar esse reforço através da contratação conjunta (EDIRPA)<sup>9</sup> e de um grupo de trabalho para a contratação pública

---

<sup>9</sup> COM(2022) 349.

conjunta no domínio da defesa. Além disso, intensificámos a capacidade de produção de munições através da **ação de apoio à produção de munições (ASAP)**<sup>10</sup>. A terceira **declaração conjunta sobre a cooperação UE-OTAN**<sup>11</sup> alargou a nossa cooperação a novos domínios críticos para a segurança: resiliência, tecnologias emergentes e revolucionárias, defesa e espaço.

Continuaremos a fortalecer as relações com o resto do mundo e a torná-las mais resilientes através da nossa estratégia **Global Gateway**<sup>12</sup> mediante a aplicação da **abordagem «Equipa Europa»**. Temos estado a implementar estratégias e planos de ação setoriais, incluindo a estratégia para a participação internacional em matéria de energia<sup>13</sup>, a comunicação conjunta sobre a governação internacional dos oceanos<sup>14</sup>, a estratégia espacial para a segurança e a defesa<sup>15</sup>, a atualização da estratégia de segurança marítima da UE<sup>16</sup>, a comunicação conjunta sobre uma parceria com o Golfo<sup>17</sup> e a nova agenda para a América Latina e as Caraíbas<sup>18</sup>.

Continuaremos a trabalhar com os países dos Balcãs Ocidentais, a par da Ucrânia, da Moldávia e da Geórgia, tendo em vista a sua futura adesão à União, e continuaremos a apoiar a Parceria Oriental e a Vizinhança Meridional.

A União continuará a trabalhar na criação de parcerias com países e organizações de todo o mundo. Em especial, temos de prosseguir os nossos esforços para **reforçar a nossa parceria mutuamente benéfica com África**, continuando a desenvolver a nossa abordagem estratégica para a levar por diante com a União Africana na próxima Cimeira UE-UA.

A **estratégia industrial de defesa europeia** dará um novo impulso ao desenvolvimento das capacidades de defesa dos Estados-Membros, assente numa base industrial e tecnológica moderna e resiliente no domínio da defesa europeia. Neste contexto, prosseguiremos a consolidação das medidas destinadas a assegurar a continuidade pós-2025 do reforço da base industrial da defesa europeia. Em 2024, prosseguiremos também os esforços para aplicar a **Bússola Estratégica**<sup>19</sup> a fim de reforçar a nossa prontidão em matéria de defesa e tornar a UE um garante de segurança mais forte e mais capaz. A UE continuará a desenvolver o conjunto de instrumentos para **combater a manipulação da informação e a ingerência**, com vista a fazer face, de forma eficaz, a ações maliciosas provenientes do estrangeiro.

Continuaremos a defender e a promover a **democracia, os direitos humanos, o Estado de direito e um multilateralismo** efetivo. Prosseguiremos os esforços para proteger as crianças afetadas por conflitos armados, nomeadamente apresentando as diretrizes revistas da UE. A solidariedade manifestada pela UE através da ajuda humanitária e do Mecanismo de Proteção Civil da União continuará a produzir resultados. Interagiremos de forma construtiva com todos os parceiros e continuaremos a apoiar a agenda de reformas do Secretário-Geral das

---

<sup>10</sup> Regulamento (UE) 2023/1525, de 20 de julho de 2023.

<sup>11</sup> [https://www.nato.int/cps/en/natohq/official\\_texts\\_210549.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_210549.htm).

<sup>12</sup> JOIN(2021) 30.

<sup>13</sup> JOIN(2022) 23.

<sup>14</sup> JOIN(2022) 28.

<sup>15</sup> JOIN(2023) 9.

<sup>16</sup> JOIN(2023) 8.

<sup>17</sup> JOIN(2022) 13.

<sup>18</sup> JOIN(2023) 17.

<sup>19</sup> [https://www.eeas.europa.eu/eeas/strategic-compass-security-and-defence-1\\_en](https://www.eeas.europa.eu/eeas/strategic-compass-security-and-defence-1_en).

Nações Unidas, nomeadamente nos preparativos para a Cimeira do Futuro, em setembro de 2024.

Enquanto líder mundial e organismo de normalização, devemos promover uma **agenda de comércio aberto e justo** orientada para a competitividade, a resiliência e a sustentabilidade. Prosseguiremos o nosso trabalho para reforçar a cooperação e as relações comerciais com parceiros e impulsionaremos os esforços globais para reformar a Organização Mundial do Comércio. A estratégia comercial revista da UE promove uma política aberta, sustentável e assertiva, que apoie as transformações ecológica e digital.

**Concluimos com êxito as negociações de acordos comerciais com o Chile, a Nova Zelândia e o Quênia.** Temos ainda procurado **concluir os acordos com a Austrália, o México e o Mercosul.** A Comissão continuará igualmente a **fazer avançar as negociações com a Índia e a Indonésia, bem como os acordos de comércio digital com Singapura e a República da Coreia.** As relações UE-EUA também foram reforçadas através dos nossos trabalhos no Conselho de Comércio e Tecnologia. Inspirado neste modelo, foi lançado este ano um **Conselho de Comércio e Tecnologia UE-Índia.** Ao mesmo tempo, reforçamos os nossos instrumentos contra as práticas comerciais desleais e agiremos para garantir que a concorrência a nível mundial se mantém equitativa. Nesse contexto, a Comissão deu início a um **inquérito antissubvenções relativamente aos veículos elétricos provenientes da China.**

### 3.5. Promoção do modo de vida europeu

Em resposta à pandemia de COVID-19, a Comissão começou a lançar as bases para uma União Europeia da Saúde, que compreende um **quadro reforçado de segurança do setor da saúde**, incluindo a nova **Autoridade de Preparação e Resposta a Emergências Sanitárias**, bem como o **Plano Europeu de Luta contra o Cancro** pioneiro e propostas para criar o **Espaço Europeu de Dados de Saúde** e reformar a legislação farmacêutica. A UE adotou igualmente a nova **estratégia da UE para a saúde a nível mundial**<sup>20</sup> que presidirá aos seus esforços para melhorar os cuidados de saúde em todo o mundo.

A Comissão continuará a apoiar os trabalhos sobre as vertentes legislativa e operacional da gestão da migração. É essencial que os legisladores finalizem o **Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo**<sup>21</sup> até ao final do presente mandato legislativo. Paralelamente, é indispensável continuar a tomar medidas operacionais para fazer avançar a resposta coletiva da UE aos desafios da migração, em cooperação com os nossos principais parceiros.

A Comissão também tomou medidas para reforçar os quatro pilares da **Estratégia da UE para a União da Segurança**<sup>22</sup>: dar resposta às vulnerabilidades, aumentar a cibersegurança, promover a cooperação policial e apoiar a resiliência contra as ameaças híbridas. Esta estratégia inclui iniciativas para remover conteúdos terroristas em linha, fortalecer a segurança marítima da União, nomeadamente no contexto da resiliência das infraestruturas críticas, proteger os recursos espaciais da União, como os satélites, e dissuadir atividades hostis no espaço.

O futuro **Regulamento Ciber-Resiliência** e a proposta de **Regulamento Cibersolidariedade** desempenharão um papel fundamental no reforço da cibersegurança, aumentando a segurança

---

<sup>20</sup> COM(2022) 675.

<sup>21</sup> COM(2020) 609.

<sup>22</sup> COM(2020) 605.

da cadeia de abastecimento e reforçando a solidariedade a nível da União, a fim de melhor detetar, preparar e responder às ameaças e incidentes de cibersegurança.

Tal como referido no sexto relatório intercalar sobre a União da Segurança, é igualmente necessário chegar a acordo sobre propostas que **reforcem a segurança dos nossos cidadãos** e permitam combater em conjunto e eficazmente a criminalidade, bem como defender os nossos valores fundamentais comuns. Entre estas figuram as propostas relativas à ciber-resiliência, ao Código da União relativo ao regime de passagem de pessoas nas fronteiras, ao intercâmbio automatizado de dados para efeitos de cooperação policial (Prüm II), à recolha e transferência de informações antecipadas sobre passageiros, à luta contra o tráfico de seres humanos, à luta contra o abuso sexual de crianças, à recuperação e confisco de bens e à definição de infrações penais e de sanções.

O **plano de ação contra o tráfico de droga e a criminalidade organizada, incluindo a aliança portuária europeia**, tem preparado o terreno para se envidar esforços conjuntos mais eficazes na luta contra a criminalidade organizada e o tráfico ilícito de droga. A Comissão proporá igualmente a modernização do quadro jurídico para **combater a introdução clandestina de migrantes**, a fim de garantir que dispomos dos instrumentos jurídicos e operacionais necessários para dar resposta ao novo *modus operandi* dos passadores de migrantes. Por outro lado, dada a necessidade de cooperação internacional e do estabelecimento de uma aliança global sólida neste domínio, a Comissão irá organizar uma conferência internacional sobre o combate à introdução clandestina de migrantes.

No domínio do ensino superior, a Comissão proporá um plano para o futuro **diploma europeu comum**, que contribuirá para a realização de um Espaço Europeu da Educação, que será apoiado por recomendações sobre a garantia da qualidade no ensino superior e sobre carreiras académicas atrativas.

### 3.6. Um novo impulso para a democracia europeia

Durante o presente mandato, a Comissão tem atribuído especial importância ao **reforço e à revitalização da democracia na Europa**. O **Plano de Ação para a Democracia Europeia** tem orientado o nosso trabalho no sentido de capacitar os cidadãos e construir democracias mais resilientes em toda a UE, promovendo eleições credíveis, transparentes e inclusivas, reforçando a liberdade dos meios de comunicação social e combatendo a desinformação. A **Conferência sobre o Futuro da Europa** representou um exercício sem precedentes de democracia participativa e permitiu-nos ouvir os pontos de vista de cidadãos de toda a UE sobre o futuro da União. Com a **nova geração de painéis de cidadãos** que testámos em três iniciativas fundamentais em 2023<sup>23</sup>, e estando prevista a realização de mais painéis no próximo ano, integrámos ainda mais a participação dos cidadãos no nosso conjunto de instrumentos de elaboração de políticas. Foi dada ênfase especial ao diálogo com a geração mais jovem, que desempenha um papel crucial na definição do futuro, sendo que um terço dos membros dos painéis tinha idades compreendidas entre os 16 e os 25 anos.

Em consonância com os compromissos assumidos nas orientações políticas da presidente Ursula von der Leyen, a Comissão deu seguimento aos **relatórios de iniciativa legislativa do Parlamento Europeu**.

---

<sup>23</sup> Desperdício alimentar, mundos virtuais e mobilidade para fins de aprendizagem.

Uma condição prévia para o funcionamento democrático da UE e dos seus Estados-Membros é a existência de um sistema judicial independente e o respeito pelo **Estado de direito**. Tanto o ciclo anual do Estado de direito como o mecanismo de condicionalidade ajudam a assegurar este objetivo e a salvaguardar os interesses financeiros da UE. Foram realizados progressos significativos noutros domínios cruciais para as nossas sociedades democráticas. Avançámos propostas fundamentais sobre a **transparência e a equidade do processo eleitoral**, bem como sobre o **reforço e a salvaguarda dos direitos** dos diferentes grupos da sociedade e a garantia da **liberdade e da independência dos jornalistas** na UE. Continuamos a trabalhar no **desenvolvimento da nossa resiliência democrática a partir de dentro e na proteção contra influências externas indevidas**. Dispomos agora também de um quadro jurídico sólido para a **cooperação judiciária transfronteiriça**, incluindo no respeitante a procedimentos judiciais e à comunicação digital.

Uma sociedade aberta e inclusiva deve garantir **igualdade de direitos e proteção** a todos os grupos da sociedade. É por esta razão que a Comissão adotou estratégias específicas sobre os direitos da criança, a igualdade de género, a luta contra o racismo, a igualdade dos ciganos, a igualdade das pessoas LGBTIQ, os direitos das pessoas com deficiência e os direitos das vítimas. Acordada ao cabo de dez anos de negociações, a **Diretiva Mulheres nos Conselhos de Administração** obrigará as empresas a atingir metas claras para os cargos de administração até meados de 2026. No ano em curso, adotámos novas regras em matéria de transparência salarial entre homens e mulheres, reforçando a aplicação do princípio de salário igual para trabalho igual, um passo importante para a igualdade de género que colmata as disparidades salariais entre homens e mulheres. Com a recente adesão à **Convenção de Istambul do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica**, de 2016, a UE enviou um forte sinal de que está determinada em prevenir, condenar e combater a violência contra as mulheres e as raparigas em todas as suas formas.

A fim de dispor do quadro adequado para as eleições para o Parlamento Europeu, a Comissão procurará facilitar acordos sobre o **estatuto e o financiamento dos partidos políticos europeus** e a **transparência da propaganda política direcionada**. Em conjunto com o Parlamento Europeu, a Comissão lançou igualmente uma campanha de comunicação destinada a aumentar o número de cidadãos móveis da UE que votam nas eleições de 2024 para o Parlamento Europeu.

Uma sociedade civil próspera e um panorama mediático livre e crítico constituem a espinha dorsal da sociedade democrática, sendo necessário chegar a acordo sobre a **Diretiva relativa a ações judiciais estratégicas contra a participação pública (SLAPP)** e o **Regulamento Liberdade dos Meios de Comunicação Social**.

Instamos ainda os legisladores a que cheguem a acordo sobre as propostas de diretiva relativa ao **combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica**, de **diretiva relativa aos direitos das vítimas**, das **normas propostas para os organismos nacionais de promoção da igualdade** e de diretiva que estabelece o **Cartão de Deficiência da UE** e, no próximo ano, adotaremos uma **recomendação da Comissão sobre o desenvolvimento e o reforço dos sistemas de proteção das crianças** nos Estados-Membros e asseguraremos uma melhor utilização dos instrumentos ao dispor da UE (legislação, medidas políticas e financiamento).

Uma vez que o espaço digital de informação tem influenciado cada vez mais o debate público e a tomada de decisões políticas, é essencial prosseguir o trabalho de **luta contra a desinformação**, a fim de assegurar um intercâmbio de opiniões livre e justo, especialmente antes das eleições europeias.

#### **4. Conclusão**

Nos últimos quatro anos, **a União demonstrou a sua indivisibilidade e determinação em enfrentar os desafios da nossa geração, em prol das gerações de amanhã**. Agimos em conjunto para responder de forma decisiva em defesa de uma Europa de liberdade, prosperidade e paz. Temos de dar continuidade a este trabalho e criar bases sólidas para **reforçar a nossa União e preparar o futuro**.

Esta Comissão trabalhará até ao último dia do seu mandato para fazer face aos desafios comuns. Prestaremos **apoio decisivo ao Parlamento Europeu e ao Conselho para facilitar acordos** sobre as propostas essenciais pendentes, apresentando simultaneamente as **poucas iniciativas novas** ainda necessárias para **cumprir a promessa de preparar a União para amanhã**.

Nos anexos do presente programa de trabalho, apresenta-se uma panorâmica pormenorizada dos esforços que Comissão tenciona envidar em 2024.